

## A Literacia Económica como força propulsora de Desenvolvimento.

Sem entrar numa definição mais profunda do termo comecemos por clarificar o que se pode entender por “Literacia Económica”. Hoje, o conceito de “literacia” ultrapassa, largamente, a noção de “capacidade de utilizar a leitura e escrita” e abrange a aptidão para utilizar uma vasta gama de conhecimentos fundamentais à vida em sociedade. À semelhança do conceito inicial que traduz a capacidade do individuo empregar a linguagem escrita na resolução de problemas triviais através da comunicação também, quando associamos à palavra literacia o termo económica, o seu significado é capacidade do individuo fazer a leitura de informação de carácter económico e usa-lo na resolução dos problemas com que se depara na sua vida diária, no emprego, como consumidor, como aforrador, como cidadão de uma comunidade ou país.

Falar de Literacia Económica remete-nos assim para Educação Económica de Base e, consequentemente, para a importância que assume na formação geral do cidadão do século XXI. Se isto é uma verdade inquestionável, não só para os professores de Ciências Económicas como para vastos setores da sociedade, para outros não passará de uma tentativa de valorização da profissão por parte destes docentes, pelo que se torna oportuna uma reflexão, tão sucinta quanto possível, sobre os fortes argumentos que a sustentam.

O papel crucial desempenhado pelo capital humano na sustentação do crescimento e do desenvolvimento dos países, ou regiões é atualmente reconhecido por todos e comprovado nos meios académicos. A este propósito devemos lembrar a dependência que as outras “forças propulsoras” do crescimento nas sociedades modernas<sup>1</sup>, apresentam, quer em termos de desenvolvimento, quer em termos de implementação, face ao nível de capital humano acumulado.

Hoje, deixamos de falar em sociedade da informação para falarmos em sociedade do conhecimento, o que remete para duas premissas fundamentais:

- Não basta determos informação. É preciso saber utiliza-la e processa-la, na identificação dos problemas, na sua análise e resolução.
- Não há uma relação direta entre a existência de informação e a possibilidade dos indivíduos se apropriem dela. Para que tal aconteça são necessários “mapas de leitura” capazes de reconhecer a utilidade da informação de maneira a seleciona-la e canaliza-la

---

<sup>1</sup> - O que vulgarmente se designa, na literatura económica, por “*Triple Engines of Growth*” e compreende, para além do capital humano, o conhecimento e modernização tecnológica e a mudança organizacional

eficientemente nos processos cognitivos que conduzem à resolução dos problemas. É esta capacidade que, vulgarmente, se tem designado por literacia.

Se o conhecimento e a capacidade de o assimilar, assumem hoje um papel crucial no desenvolvimento, a literacia económica, enquanto capacidade de processar informação económica, reforça essa importância. Estando diretamente relacionada com a ligação entre o conhecimento, informação e o sistema económico, a literacia económica desempenha, portanto, um papel fundamental no próprio processo de acumulação de capital humano.

Sendo fácil entendermos que são necessários “quadros de leitura” capazes de processar informação de carácter económico, já que importância que ela assume para as sociedades atuais seja capaz de justificar que esta se torne objeto de estudo da Ciência Económica, pode ser menos evidente. Esta desvalorização só se justifica se não tivermos em conta o nível de complexidade que atingem, hoje, as economias globalizadas e consequentemente o grande “volume” de informação económica exigida pelas tomadas de decisão para as quais o cidadão comum é sistematicamente requisitado.

As razões de eficiência na tomada de decisão não se põem apenas no plano individual como também, **e principalmente, no plano social**, pelo impacto que a estas ações assumem em toda a vida das organizações e da comunidade.

Se ao nível individual das escolhas e dos comportamentos dos indivíduos, enquanto produtores, consumidores, aforradores, tomadores de crédito...enfim, todos os campos da vida económica e social, a informação se torna mais necessária devido à maior complexidade e imprevisibilidade introduzidas pelas teias de relações globais, é principalmente ao nível da interdependência que enfrentamos conjuntamente, que essa necessidade é mais intensa, na procura de soluções para as questões que nos afetam enquanto sociedade, como sejam:

- A consistência das escolhas políticas e a implementação das mesmas.
- A identificação de funções requeridas ao Estado e o assumir de consequências, em termos de custo.
- O reconhecimento da necessidade de um sistema de financiamento público e, o “desenho” e implementação de um sistema justo e eficiente que o suporte.
- Desenvolvimento de mecanismos de adaptabilidade concorrencial ao mundo em mudança, nomeadamente os que proporcionem um aumento do índice de empreendedorismo da sociedade e um aumento da capacidade de aceder/usar a informação que circula nas redes informatizadas de comunicação.

- A qualidade das instituições e organizações, as quais, sendo agentes económicos de peso, têm o seu comportamento condicionado pela capacidade de decisão económica dos indivíduos que as integram.

Do exposto, torna-se evidente a importância que assume o desenvolvimento, no cidadão comum, de capacidades para receber e processar informação de índole económica, as quais sustentem a tomada de decisões consistentes.

Aferir a literacia média do cidadão comum em Portugal parece uma tarefa necessária para perceber exatamente o ponto de partida, mas é preciso, principalmente, identificar as variáveis e os papéis que elas jogam no processo de formação dessa literacia, a fim de melhor projetar estratégias de implementação de capacidades de literacia em economia.

A intervenção no meio escolar, é a via privilegiada de desenvolvimento de capacidades em literacia. É verdade que pode haver essa aquisição noutros meios, mas é aqui que elas ocorrem de forma sistematizada e por isso com possibilidades de intervenção orientada. Tendo em atenção que os estudantes ao nível superior, Universidade e Politécnico, não tem, exceto os alunos das áreas económicas e empresariais, oportunidade para aumentar significativamente o nível de literacia económica que foi adquirido até aí, e por outro lado, que apenas uma pequena percentagem da população tem acesso ao nível de ensino superior, é justificável que a intervenção se faça ao nível da formação global, presente em todos os currículos, numa abordagem em espiral, ao longo do 3º ciclo e Ensino Secundário.

Trabalhos desenvolvidos no âmbito da Ciência Económica a nível internacional (EUA, por exemplo) e até a nível nacional, com reduzida expressão, é certo, permitem identificar diferenças significativas no desempenho de alunos que contam com a formação em Economia nos seus currículos relativamente a outros que só tomaram contacto com as matérias económicas em Disciplinas como a História ou a Geografia e ainda captar o efeito de outras variáveis como sejam a influência do meio (litoral/interior, zona urbana/pequena cidade – vila) e apontam direções de um caminho que é preciso trilhar, nomeadamente:

- Identificar, da forma mais precisa e profunda possível, a qualidade do ensino da Economia, identificando não apenas *o que* os alunos sabem de economia elementar, mas também *como* processam a informação que têm sobre economia (o que compreendem e como a aplicam)
- Delinear a introdução do ensino da Economia em todos os currículos do ensino secundário, nomeadamente no que concerne às possíveis complementaridades com

outras ciências que já fazem parte de alguns, como são a Geografia e a História e a identificação dos conteúdos básicos a integrar.

- Identificar as contribuições das Universidades de Economia, não só na definição e articulação dos conteúdos (entre a essência científica a desenvolver e o nível de conhecimentos desejado), como também na qualificação dos professores.

Esta colaboração torna-se essencial, não é só ao nível da definição de competências uma vez que a definição que é feita pela legislação abrange grande diversidade de formações científicas de base, mas principalmente no desenvolvimento de estratégias que permitam expandir competências nos outros professores, os quais, exercendo a sua atividade docente em áreas com a Língua Portuguesa, a Língua estrangeira (Inglês, Francês, Espanhol, ....), a Matemática, a História e a Geografia, precisam de adquirir conhecimentos básicos de economia, a fim de se poder desenvolver um ensino transversal mas competente das matérias económicas.

O ensino transversal apresenta-se, entre os métodos pedagógicos, como um dos que proporcionam resultados mais consistentes no sentido em que reduz o carácter reprodutivo da aprendizagem e, pela introdução lenta e segura dos conteúdos, reforça o carácter de compreensão e assimilação, que são os objetivos últimos de qualquer processo de ensino/aprendizagem. Por outro lado, o ensino transversal entendido em complementaridade a uma disciplina específica de Economia, poderá ser a solução para a introdução do ensino da matéria económica nos níveis mais baixos de ensino (7º, 8º e 9º anos) onde a sobrecarga dos currículos pelo peso da formação generalista não deixa muito espaço temporal para disciplinas cujo carácter geral ainda não lhe é reconhecido.

Francisca Rosário

Beja, março de 2018